

Carta da APUR seção sindical do ANDES-SN ao Presidente Lula

“Estimado presidente Lula

Os/as docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), reunidos (as) em assembleia da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), seção sindical do ANDES-SN, entidade representativa desses (as) trabalhadores (as), realizaram uma rica discussão sobre a situação política, econômica e social do país, com foco na situação dos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas por direitos e reivindicações, em particular dos (das) docentes das universidades públicas, cujo papel relevante para o Brasil V. Exa. tem destacado em diferentes momentos após a sua vitória nas últimas eleições presidenciais.

Estimado Presidente Lula,

Passado um ano após a sua posse, no entanto, é imperioso constatar que as questões centrais que atingem em cheio a vida do povo trabalhador continuam a sofrer as consequências de sua manutenção, criando uma frustração crescente entre aqueles que lutaram para derrotar o governo anterior e eleger V. Exa. Ao contrário, o chamado Novo Arcabouço Fiscal nos provoca uma enorme preocupação e nos colocou em alerta, porque sinalizou a continuidade de uma política econômica que esperávamos ter derrotado com a sua eleição.

Chamado entre nós de “Calabouço Fiscal”, o Novo Arcabouço Fiscal certamente resultará na continuidade do sucateamento dos serviços públicos, na baixa remuneração de servidores e servidoras e, por consequência no péssimo atendimento da população, daqueles que mais precisam dos serviços do Estado. E isso para nós é inaceitável!

O resultado do Novo Arcabouço Fiscal para nós docentes, como servidoras e servidores públicos federais que somos, foi a ausência de previsão de reajuste salarial em 2024, de cortes no orçamento da Educação, das universidades federais e de órgãos de fomento à pesquisa.

À aprovação do Novo Arcabouço Fiscal se somaram a ausência de iniciativas por parte do governo para revogar a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Lei das Terceirizações, cujo resultado práticos para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras tem sido um enorme retrocesso, com a prevalência do acordado sobre o legislado, o trabalho intermitente, a individualização dos contratos, a terceirização na atividade fim, o aumento da idade da aposentadoria e do tempo de contribuição, bem como do inaceitável corte nas pensões de aposentados e pensionistas, tudo em benefício dos

bancos, dos especuladores e grande empresários, com o aumento do sofrimento dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para o serviço público continua a ameaça da aprovação da PEC 32, sobre a Reforma Administrativa, com a qual o Centrão de Lira quer atender aos bancos e grandes empresários, ávidos em sua sanha de abocanhar mais serviços que hoje são prestados pelo Estado à população, transformando direitos básicos como Educação, Saúde, Assistência, Previdência, entre outros, em mercadoria. Também neste ponto a posição do governo tem sido a procrastinação, o que acaba por ajudar nas ameaças cotidianas contra os servidores e servidoras por parte do Centrão de Lira, apoiados pela grande imprensa.

Para os servidores e servidoras federais a mesa de negociação geral não avançou no atendimento da recomposição das perdas salariais do último período, com o governo de V. Exa. não respondendo sequer com uma proposta adequada de longo prazo, deixando claras as consequências do Novo Arcabouço Fiscal na manutenção dos serviços públicos.

Os (as) docentes das universidades federais e dos institutos federais, CEFETs e colégios de aplicação representados pelo ANDES-SN fazem suas as propostas do FONASEFE, do qual fazemos parte, no sentido de que tenhamos uma recomposição das perdas do período posterior ao golpe de 2016, além de demais reivindicações, como aquelas contidas no chamado “Revogação”.

E para os (as) docentes das universidades e institutos federais, a mesa de negociação setorial somente recebeu as nossas reivindicações, mas ao se reunir novamente para que pudessemos ouvir uma resposta do governo, nos foi apresentado quase nada, em particular acerca da reivindicação de reestruturação das carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Uma grande frustração.

Estimado Presidente Lula.

Por tudo o que dissemos não podemos esperar mais; não podemos ficar esperando um improvável acordo com a maioria do Congresso Nacional e menos ainda as eleições de 2026.

Nós, docentes da UFRB, em associação ao sentimento e a vontade da maioria dos docentes das universidades públicas do País, queremos ter as nossas reivindicações e da maioria do povo trabalhador atendidas o quanto antes; foi para isso que o elegemos presidente e é para isso que seguiremos lutando de forma unitária com as demais organizações da classe trabalhadora, inclusive com a articulação de uma grande Marcha a Brasília, aprovada pelo 42º Congresso do ANDES-SN, para exigir do seu governo e do Congresso Nacional a revogação da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência, da Lei das Terceirizações Ilimitadas e o arquivamento da PEC 32 sobre a Reforma Administrativa, e o atendimento das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público federal.

De forma independente, dialogando com a base de nossa categoria e, com os métodos que a classe trabalhadora construiu, seguiremos lutando pelo atendimento de nossas reivindicações.

Esta carta expressa a nossa posição de momento, trazendo a expectativa de sermos ouvidos e termos as nossas reivindicações atendidas de fato pelo governo de V. Exa., ainda que os ritmos e prazos possam ser negociados e acordados.

Feira de Santana – Bahia, 26 de março de 2024.

Leila de Lourdes Longo
Vice-presidenta da APUR